



**Porto  
de Itajaí**

AUTORIDADE PORTUÁRIA

## SUPERINTENDÊNCIA DO PORTO DE ITAJAÍ

### RESOLUÇÃO Nº 019, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011.

**AUTORIZA A RESTITUIÇÃO POR  
PRAZO DETERMINADO DA  
COBRANÇA DE PENALIDADE  
PREVISTA CONSTANTE NA LETRA "J"  
DAS OBSERVAÇÕES DA TABELA V  
DAS TARIFAS PORTUÁRIAS.**

**O SUPERINTENDENTE DO PORTO DE ITAJAÍ**, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 33 da Lei 8360/93 e artigo 1º da Lei Municipal 3.513/2000, e;

**CONSIDERANDO** a greve pela categoria dos Conferentes de Carga e Descarga do Porto de Itajaí que inviabilizou por tempo determinado as operações no âmbito do Porto de Itajaí;

**CONSIDERANDO** que em decorrência da greve os armadores que costumeiramente escalam no Porto de Itajaí foram forçados a suspender escalas de navios previamente programadas;

**CONSIDERANDO** que os exportadores que estavam com suas cargas aqui armazenadas, em compasso de espera para o respectivo embarque, foram compelidos a removê-las a fim de viabilizar o embarque por meio de outros terminais;

**CONSIDERANDO**, por fim, que a letra "j" das observações constantes na *Tabela V*, objetiva penalizar usuários que mesmo após utilizarem a estrutura portuária (área primária) de armazenagem, de forma voluntária retiram suas cargas da mesma zona, inviabilizando a exportação pelo Porto de Itajaí, situação, portanto, distintas das ora vivenciadas em decorrência da greve,

#### **RESOLVE:**

**Artigo 1º** - Autorizar a devolução de 90% (noventa por cento) ou a reversão em créditos de 100% (cem por cento) dos preços públicos pagos por exportadores a título da penalidade prevista na letra



"j" das observações da *Tabela V*, desde que referido *quantum* esteja fundando no período de paralização por conta do movimento grevista, qual seja entre os dias 27 de outubro de 2011 a 19 de novembro do mesmo ano.

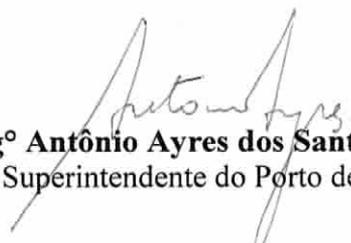
**Artigo 2º** - Para ter direito ao benefício previsto no artigo antecedente deverá o usuário exportador por si, ou através de representante legal, formalizar requerimento de devolução ou reversão em crédito de que trata esta Resolução, o qual deverá estar acompanhado de cópia da fatura devidamente quitada e da cópia assinada do conhecimento de embarque de modo a comprovar a efetiva exportação por outro terminal.

**Artigo 3º** - A reversão dos valores pagos em crédito dar-se-á exclusivamente para compensação futura de novos preços públicos devidos pelo próprio usuário exportador.

**Artigo 4º** - Revogam-se as demais disposições em contrário.

**Artigo 5º** - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Itajaí, 22 de novembro de 2011.

  
**Engº Antônio Ayres dos Santos Júnior**  
Superintendente do Porto de Itajaí